

Capítulo I – Noções Introdutórias

- 1. Conceito constitucional de “tributo”*
- 2. Princípios constitucionais*
- 3. A denominação dos tributos*
- 4. A destinação do tributo*
- 5. Classificação dos tributos*

II – Espécies Tributárias

- 1. Imposto*
 - 1.1 A capacidade contributiva e a vedação de confisco*
- 2. Taxa*
 - 2.1 Pedágio*
 - 2.2 Preço público*
 - 2.3 Tarifa*
 - 2.4 Jurisprudência*
- 3. Empréstimo Compulsório*
- 4. Contribuição de Melhoria*
- 5. Contribuições*
 - 5.1 Natureza jurídica e espécies*
 - 5.2 Destinação constitucional das contribuições vinculadas à Seguridade Social*
 - 5.3 A não correspondência com imposto de destinação específica*
- 6. Parafiscalidade*

Capítulo III – Espécies de Contribuições

- 1. Contribuições de Custeio. Espécies*
 - 1.1 COSIP*
 - 1.2 Contribuição confederativa*
- 2. Contribuições Sociais Genéricas*
 - 2.1 FGTS*
 - 2.2 Salário-Educação*

2.2.1 Aspectos da ilegitimidade na Constituição anterior

2.2.2 A questionável juridicidade na Constituição de 1988

2.2.3 Vícios da Lei 9.424/1996

2.2.4 Estrutura normativa vigente

2.3 Contribuições destinadas a entidades privadas. Sistema “S” (Serviços Sociais Autônomos)

2.3.1 A recepção de normas anteriores à Constituição

2.3.2 As empresas prestadoras de serviços

3. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDEs)

3.1 Pressupostos

3.2 O AFRMM e a relação com o ICMS

3.2.1 Contornos legais

3.2.2 Natureza jurídica

3.2.3 AFRMM e lineamentos do ICMS

3.3 Contribuição ao IAA

3.4 FUST

3.5 FUNTTEL

3.6 Financiamento ao Programa de Estímulo à Interação Universidade/Empresa para Apoio à Inovação (Tecnologia)

3.7 Operações com petróleo, gás natural (e seus derivados) e álcool combustível

3.8 CONDECINE

3.9 SEBRAE

3.10 INCRA

4. Contribuições de Interesse de Categorias Profissionais ou Econômicas

4.1 Contribuições profissionais

4.2 Contribuições sindicais

5. Contribuições à Seguridade Social

5.1 Elementos

5.1.1 Sujeição ativa

5.1.2 Sujeição passiva

5.1.2.1 Empregador, empresa, entidade equiparada, importador e equiparado

5.1.2.1.1 A inexistência de empregados

5.1.2.1.2 A substituição tributária e a retenção na fonte

- 5.1.2.2 Folha de salários e rendimentos do trabalho
- 5.1.2.3 Trabalhadores
- 5.1.2.4 Receita de concurso de prognósticos
- 5.2 COFINS
 - 5.2.1 Faturamento. Conceito
 - 5.2.1.1 Lei Complementar 70/1991
 - 5.2.2 Receita
 - 5.2.2.1 Nova estrutura normativa
 - 5.2.2.2 Vícios da Lei federal 9.718/1998
 - 5.2.2.3 A Emenda Constitucional 20/1998 caracteriza a inconstitucionalidade da Lei 9.718/1998
 - 5.2.2.4 A Emenda Constitucional 20/1998 contém vício formal
 - 5.2.2.5 A receita total como base de cálculo
 - 5.2.2.5.1 Venda inadimplida e cancelamento de venda
 - 5.2.2.6 Exclusões da base de cálculo
 - 5.2.2.7 O aumento da alíquota da COFINS ofende o princípio constitucional da isonomia
 - 5.2.2.8 Operações imobiliárias e atividades de construção
 - 5.2.2.9 Sociedades civis profissionais
 - 5.2.3 Sistemática vigente
- 5.3 CSLL
 - 5.3.1 Lucro. Conceito
 - 5.3.2 Estrutura normativa
 - 5.3.3 A compensação da CSLL com a COFINS
- 5.4 PIS
 - 5.4.1 Previsão constitucional
 - 5.4.2 O PIS na Constituição de 1967
 - 5.4.2.1 A natureza tributária
 - 5.4.2.2 A mudança da natureza jurídica para contribuição (não tributária)
 - 5.4.2.3 A não recepção da lei complementar pela Emenda 8/1977
 - 5.4.2.4 A incidência sobre a receita bruta
 - 5.4.3 O PIS na Constituição de 1988
 - 5.4.3.1 A aplicação da Lei Complementar 7/1970
 - 5.4.3.2 A evolução da estrutura normativa

5.4.3.3 Alíquotas

5.4.3.4 Base e cálculo

5.4.3.5 Prazo de recolhimento

5.4.3.6 Operações imobiliárias

5.4.3.7 Sistemática vigente

5.5 PASEP

5.5.1 Contribuintes e responsáveis

5.5.2 Folha de salários

5.5.3 Base de cálculo

5.5.4 Alíquota

5.6 Seguro de Acidente do Trabalho

5.6.1 Evolução legislativa a partir da Constituição Federal de 1988

5.6.2 Sistemática vigente a partir de 2010

5.7 Cessão de mão de obra, retenção na fonte compensação

5.8 Sociedades cooperativas

5.9 Serviço Social Rural

5.10 Contribuição residual

5.11 Fontes alternativas de custeio da Seguridade Social

6. Importação

6.1 Fundamentos jurídicos

6.2 Fatos geradores

6.3 Sujeitos passivos

6.4 Bases de cálculo

6.5 Alíquotas

7. Retenção na Fonte

Capítulo IV – Aspectos das Contribuições Sociais

1. Instituição, majoração ou extinção das contribuições sociais. Instrumentos normativos

1.1 Lei

1.2 Medida provisória

1.3 Lei complementar

2. Não cumulatividade

2.1 Previsões constitucionais

2.2 Conceito e natureza

2.3 Operacionalidade (IPI e ICMS). Distinção necessária

2.4 Contribuições sociais

2.4.1 CIDE-Combustíveis

2.4.2 PIS

2.4.3 COFINS

2.4.4 PIS e COFINS-Importação

3. Anterioridade

4. Imunidade, isenção e não incidência

4.1 Imunidade. Conceito

4.2 Imunidade. Requisitos

4.3 Operações com energia elétrica, serviços de telecomunicações, petróleo, combustíveis e minerais

4.4 Isenção

4.5 Não incidência

5. A isonomia tributária e as contribuições de diferentes setores de atividades econômicas

6. Categoria especial de contribuinte

Capítulo V – Conclusões

Bibliografia